



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**NOEBIO GOMES DANTAS**

**O PERFIL DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E O PAPEL DA  
GESTÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DE CASO EM ASSOCIAÇÕES  
COMUNITÁRIAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL- PB, A  
PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS**

**SOUSA - PB  
2009**

**NOEBIO GOMES DANTAS**

**O PERFIL DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E O PAPEL DA  
GESTÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DE CASO EM ASSOCIAÇÕES  
COMUNITÁRIAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL- PB, A  
PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Ciências Contábeis do CCJS da  
Universidade Federal de Campina  
Grande, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.**

**Orientador: Professor Me. João Marcelo Alves Macedo.**

**SOUSA - PB  
2009**

**NOEBIO GOMES DANTAS**

**O PERFIL DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E O PAPEL DA  
GESTÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DE CASO EM ASSOCIAÇÕES  
COMUNITÁRIAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL – PB, A  
PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS.**

**Monografia apresentada e aprovada ao curso de Graduação em Ciências  
Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial  
do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>o</sup> Esp. João Marcelo Alves Macedo  
(Orientador)**

---

**Prof<sup>a</sup> Ms. Janaina Ferreira Marques de Melo**

---

**Prof<sup>a</sup> Ms. Lúcia Silva Albuquerque**

**SOUSA**

**2009**

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Por este termo, eu abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido trabalho de conclusão do curso, intitulado Contabilidade e o Processo de Gestão em Entidades do Terceiro Setor: Um Estudo de Caso em Associações Comunitárias Rurais no Município de Pombal – PB, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portando, ficam a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa (PB), 05 de dezembro de 2009.

Noebio Gomes Dantas  
Orientando

## DEDICO

*Dedico este trabalho ao meu irmão Fabiano Gomes Dantas (In memoriam) pelos ensinamentos de honestidade, humildade, amor e de coragem para enfrentar a vida, sempre com um sorriso alegre que até hoje está guardado em minha memória.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao divino Deus por ter me concedido a graça e o privilégio de chegar a esta conquista em minha vida vencendo os desafios com humildade, sabedoria, luta, coragem e muita Fé, durante essa longa e prazerosa caminhada.

Aos meus pais Maria e Joel pelo amor e dedicação durante toda minha vida, pelos ensinamentos e pela luta incansável que travaram para que nada me faltasse nessa minha caminhada.

A minha esposa Kadja e minha filha Sabrina pelas palavras de incentivo e pelos momentos em que estive ausente.

Aos meus irmãos Ilma, Arquilau, José, Vilma, Osvaldo, Maria Daguia, Severino, Geraldo, Joelma, Fabiano (*in memoriam*), Nael, Josimar e Maria de Fátima, por todo amor e compreensão que tiveram por mim sem medir esforços para me ajudar sempre que precisei.

Aos meus cunhados e cunhadas por acreditarem nesse meu sonho incentivando-me sempre nessa jornada.

Aos meus sobrinhos Edjane, Edjanilly, Jesse, Sidney, Emmanuel, Lucas, Alcides, Aline, Amanda, Osvaldo Filho, Bruna, Talles, Felipe, Franklin, Taise, Taiane, Tauan, Geovana, Germana, Marcos Aurélio, André Vagner, Rodrigo e Mariana pelos sorrisos que me fazem superar todo o meu cansaço.

Aos meus familiares que direta e indiretamente me ajudaram: meus avos maternos, Hosana e Severino (*In memoriam*), e paternos, Maria e Severino (*In memoriam*), pelo exemplo de pessoas que foram; meus tios maternos, José, Antônio e Francisco Gomes, pelos conselhos e ensinamentos de vida; meu tio paterno, Alcindo, por todos os conselhos que me proferia, meus primos, Pedro, Fernando e seus pais Oliva e Francisco por terem sido tão importantes nesse meu projeto de vida. A todos os meus colegas de turma.

Aos motoristas Afonso e Jucélio, por nos conduzir com segurança e pela amizade prestada.

Aos amigos André Japiassú, Leonardo González, Bruno, Rodolfo, Naldo, Lalindo, Damião, Avanir, Sanduel, Dapaz, João Flávio, Chaguinha, Robério, Roberta, Euzinar, Aderlane, Wiara Carla e Gilmara pela cooperação durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos produtores rurais, diretores e associados pela ajuda na obtenção dos dados colhidos para a pesquisa.

A todos os professores da CCJS/UFCG em especial a professora Taiseane pelo exemplo de bondade, sabedoria, amor, simpatia e respeito para com as pessoas.

A todos os professores da Faculdade de Ciências Contábeis de Pombal, por terem aberto as portas permitir que fosse a busca do sonho e uma vida profissional.

Ao professor João Marcelo que, mais que um professor, foi uma lição de vida e paciência para mim, além de um amigo.

A todos os funcionários da CCJS/UFCG em especial Remédio, pelos serviços prestados.

E a todos que fizeram parte dessa conquista em minha vida o meu muito obrigado.

*“Todas as instituições sem fins lucrativos tem algo em comum: são agentes de mudança humana, seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em adulto com respeito próprio, isto é, toda uma vida transformada.”*

**Peter F. Drucker**

## RESUMO

Inseridas no Terceiro Setor, as associações comunitárias rurais caracteriza-se pela integração e socialização de atividades que visam à melhoria da qualidade de vida de trabalhadores rurais, assentados, indígenas, quilombolas, etc., fazendo uso de ações desenvolvidas que objetiva fomentar a melhoria de suas cadeias produtivas e das comunidades as quais pertencem. Assim, o estudo objetiva analisar o perfil e o papel de gestão na Associação Comunitária Rural do São João I e Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João II, ambas no município de Pombal. Para caracterização do estudo, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica e análise de dados descritivos, a partir da aplicação de questionários que desenharam o universo das associações rurais, fornecendo uma visão panorâmica dos desafios e obstáculos vivenciados por estas entidades, evidenciando que a sustentabilidade das mesmas está intimamente ligada a gestão contábil. A tabulação dos dados indicou que as maiorias dos recursos das duas associações vieram do Estado, através do Projeto Cooperar, pelo Programa Combate a Pobreza Rural (PCPR), mas que também obtiveram recursos das esferas Federais e Municipais. Evidenciou ainda que a contabilidade, como modelo de gestão, é pouco utilizada pelas associações, uma vez que as práticas contábeis utilizadas são apenas para manutenção de documentos necessários para retirada das Certidões Negativas de Débitos (CND), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Documentos de Arrecadação Federal (DARF), entre outros documentos que mantém a associação quite com as obrigações junto a Receita Federal. A prestação de contas é feita pelos diretores da associação de forma clara e com transparência e aprovadas em assembléias gerais, atendendo apenas a função social junto a comunidade e aos órgãos responsáveis pelos repasses dos recursos.

Palavras chave: Gestão contábil, evidenciação, associativismo.

## ABSTRACT

Situated within the third sector, the rural community associations is characterized by integration and socialization of activities aimed at improving the quality of life of rural workers, squatters, indigenous people, runaways, etc.. By making use of actions developed that aims to encourage improvement of their supply chains and the communities to which they belong. Thus, the study analyze the profile and role management in the Associação Comunitária Rural do São João I and Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João II, both in the municipality of Pombal. The characterization of the study, we used literature described and analysis of qualitative data from the questionnaires that designed the universe of rural associations, providing an overview of the challenges and obstacles experienced by these bodies, indicating that the sustainability of those is closely linked to management accounting. The tabulation of the data indicated that the majority of the resources of two organizations came from the state, through the Projeto Cooperar, the Programa Combate a Pobreza Rural (PCPR), but also obtained funds from Federal and local government spheres. It also emphasized that the accounting as a management model, it is used by associations, since accounting practices are used only for maintenance of documents required for withdrawal of Certidão Negativa de Débitos (CND), the Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Documento de Arrecadação Federal (DARF), among other documents that the association remains even with the obligations with the Receita Federal. Accountability is made by the directors of the association clearly and transparently and the general assembly, having only a social function in the community and the agencies responsible for transfers of resources.

**Keywords:** management accounting, disclosure, associations.

## LISTA DE SIGLAS

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants.  
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento  
CFC – Conselho Federal de Contabilidade  
CND – Certidões Negativas de Débitos  
DARF – Documentos de Arrecadação Federal  
DFC – Demonstração de fluxo de caixa  
DLPA – Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados  
DOAR – Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos  
DSDE – Demonstração de superávit ou déficit do exercício  
ESFL – Entidades sem fins lucrativos  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercado e Prestação de Serviços  
IE – Imposto sobre Exportação  
II – Imposto sobre importações  
IOF – Imposto sobre operações financeiras  
IPI – Imposto sobre Produtos Industriais  
IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana  
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores  
IR – Imposto de Renda  
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza  
IT – Imposto sobre Transferência  
ITCD – Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* ou Doações de Bens e Direito  
ITR – Imposto Territorial Rural  
NBC-T – Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
OS – Organizações Sociais  
OSCIP – Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público  
P1mc – Programa 1 Milhão de Cisternas  
PRPR – Programa de Redução a Pobreza Rural  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SPSS – Statistical Package for the Social Science

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Divisão sociopolítica dos setores.....	24
Quadro 2. Características das associações e cooperativas.....	30
Quadro 3. Visão sistemática das ESFL.....	31

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tríade entre setores.....	23
Figura 2. Esfera Social, Política e Econômica.....	29
Figura 3. Troca das casas de taipa em alvenaria.....	43
Figura 4. Construção de cisternas.....	43
Figura 5. Passagem molhada .....	44
Figura 6. Passagem molhada .....	44
Figura 7. Kit de irrigação.....	44
Figura 8. Produção utilizando o kit de irrigação.....	44
Figura 9. Agroindústria.....	45
Figura 10. Produção de polpa de frutas pelos associados.....	45

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Mapa do terceiro setor.....	32
Gráfico 2: Escolaridade dos associados entrevistados.....	47

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1. Mapa da Localização do Sítio São João I.....	58
MAPA 2. Mapa da Localização do Assentamento São João II.....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Associação que participa .....	45
Tabela 2. Faixa etária dos associados entrevistados.....	46
Tabela 3. Gênero dos associados entrevistados.....	46
Tabela 4. A Importância da associação na organização rural.....	47
Tabela 5. Frequência nas atividades coletivas.....	47
Tabela 6. De que forma são comercializados.....	48
Tabela 7. Origens dos recursos adquiridos pelas associações.....	49
Tabela 8. A associação já recebeu recursos governamentais.....	49
Tabela 9. A associação melhorou a qualidade de vida das pessoas?.....	49
Tabela 10. Demonstrativos que são apresentadas pelas associações.....	50

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1. Caracterização do problema.....	19
1.2. Justificativa do Estudo.....	20
1.3. Objetivos.....	21
1.3.1. <i>Objetivo Geral</i> .....	21
1.3.2. <i>Objetivos Específicos</i> .....	21
1.4. Metodologia e estratégias de ação.....	21
1.4.1. <i>Unidade de estudo, caracterização e localização</i> .....	21
1.4.2. <i>Abordagem e coleta de dados</i> .....	22
1.4.3. <i>Apresentação e interpretação dos dados</i> .....	22
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1. Conceito e contextualização do terceiro setor.....	23
2.2. Constituição sociopolítica dos setores.....	24
2.3. Classificação e caracterização das organizações do terceiro setor.....	25
2.3.1. <i>Associações</i> .....	25
2.3.2. <i>Fundações</i> .....	26
2.3.3. <i>Sociedades Cooperativas</i> .....	26
2.3.4. <i>Organizações Não Governamentais (ONGs)</i> .....	27
2.3.5. <i>Organizações Sociais (OS)</i> .....	27
2.3.6. <i>Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)</i> .....	28
2.4. Natureza e dinâmica social das associações e cooperativas.....	29
2.5. Processos de gestão em organizações do terceiro setor.....	30
2.5.1. <i>Origens dos recursos</i> .....	32
2.5.2. <i>Patrimônio social</i> .....	33
2.5.2.1. <i>Contribuições</i> .....	33
2.5.2.2. <i>Doações</i> .....	33
2.5.2.3. <i>Subvenções</i> .....	34
2.5.2.4. <i>Receitas de aplicações financeiras de capital, de vendas de produtos, mercadorias e serviços</i> .....	34
2.5.2.5. <i>Outras fontes de recursos</i> .....	34
2.6. Sistema contábil nas organizações do terceiro setor.....	35
2.6.1. <i>Evidenciação contábil</i> .....	35
2.6.2. <i>Demonstrativos contábeis</i> .....	36

2.6.2.1. <i>Balço patrimonial</i> .....	36
2.6.2.2. <i>Demonstraço de superávit ou déficit do exercício (DSDE)</i> .....	37
2.6.2.3. <i>Demonstraço de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)</i> .....	39
2.6.2.4. <i>Demonstraço de Origens e Aplicaço dos Recursos (DOAR)</i> .....	39
2.6.2.5. <i>Demonstraço de fluxo de caixa (DFC)</i> .....	39
2.6.2.6. <i>Notas explicativas</i> .....	40
2.6.2.7. <i>Orçamento</i> .....	40
3. CARACTERIZAÇO DAS ENTIDADES.....	42
4. ANÁLISE E APRESENTAÇO DOS DADOS.....	43
5 CONSIDERAÇOES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS.....	55

## 1 INTRODUÇÃO

A globalização fomenta processos de transformações sociais que se potencializaram ao longo dos tempos. A intensidade, natureza e dinâmica dessas mudanças variam de acordo com os diversos contextos socioeconômicos, políticos, técnicos e governamentais que refletem diretamente nas unidades locais, regionais e nacionais.

De acordo com Stedile (2005) *apud* Silva (2009), as formas de organização nos primórdios de nossa sociedade até o ano de 1500 aC, registram que nos antepassados formavam grupos sociais, familiares, que exploravam de forma coletiva os bens naturais um mecanismo utilizado para fortalecer o atendimento e as necessidades básicas de sobrevivência dos membros dos grupos sociais.

Neste contexto surgiu o terceiro setor, com a função de desenvolver um papel importante na sociedade, uma vez que suas ações estão direcionadas para auxiliar o Estado na promoção do bem estar, fazendo uso de atividades que foram desenvolvidas com intuito de mitigar os problemas socioeconômicos por meio da união de pessoas voluntárias que pregam o cultivo da ajuda mútua, solidariedade, democratização e equidade social. Como assim explica Silva (2009) ao enfatizar que: “[...] a expressão associativismo é utilizada para conceituar de maneira geral todas as formas de cooperação organizada que visa um determinado objetivo”.

Desta forma, as organizações da sociedade civil surgiram com a finalidade de consolidar as ações sociais desenvolvidas pelo Estado (Primeiro Setor), que, por si só, não respondeu através de sua atuação como setor privado as questões de comercialização, bens e serviços, visando o deferimento de um mercado comercial (Segundo Setor), tendo como principal função trabalhar os desafios diários que buscam o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Neste sentido, as associações comunitárias rurais surgiram com o intuito de fortalecer e consolidar a sociedade civil, uma vez que, as mesmas enfatizam a tomada de decisões coletivas, a superação dos dilemas sociais e o bem estar comunitário, desenvolvendo nas comunidades rurais o espírito de coletividade, liderança, planejamento e organização social, redesenhando uma relação recíproca entre Estado e sociedade, gerando com isso, a inclusão social e a sustentabilidade das comunidades rurais.

As associações comunitárias rurais têm papel relevante no desenvolvimento rural, uma vez que, organiza os agricultores familiares em suas unidades de produção, sendo, nas assembléias gerais, os locais de discussão dos problemas comuns a todos, mostrando que a integração e o esforço coletivo são ações necessárias para melhoria e desenvolvimento de suas cadeias produtivas, bem como, o caminho norteador da busca e planejamento das

políticas públicas, que são ferramentas responsáveis pelo desenvolvimento das comunidades rurais e de toda sociedade, contextualizando com isso, o desenvolvimento econômico ao social, ações integradas que demonstram que as associações comunitárias apresentam níveis de articulação coletiva necessárias ao desenvolvimento social sustentável.

As associações comunitárias rurais são agentes transformadores, onde no desenvolvimento de suas ações promovem a inclusão social, a consolidação e fortalecimento da cooperação mútua, valorizando a vivência e o conhecimento empírico do agricultor familiar, tendo como produto final, seres humanos transformados capazes de mudar suas realidades e problemáticas diárias, através da tomada de decisões coletivas e da superação dos dilemas sociais, ações que modificam e redesenham os novos processos sociais.

O modelo organizacional dessas entidades facilita o acesso ao Crédito Rural, a assistência técnica e as políticas públicas que promovem a geração de renda, segurança alimentar, saúde, educação, infra-estrutura, processos de gestão indispensáveis no desenvolvimento da cadeia produtiva e da inclusão social que levam a promoção da qualidade de vida no meio rural.

### **1.1 Caracterização do problema**

Na perspectiva de formatar um modelo de gestão profissional as organizações do terceiro setor, de acordo com Olak (2000 p.01) adotou uma inovadora postura gerencial que se caracteriza pela transparência (*accountability*), relatório de avaliação do desempenho e finaliza com o instrumento de comunicação cuja função é divulgar os relatórios contábeis da organização, essa união ou conjunto de elementos desenham a tríade de gestão que fomentam a sustentabilidade de uma entidade sem fins lucrativos. Com base no exposto, Sharf e Malta (2001 p.09) afirmam que "as organizações não governamentais estão abandonando o amadorismo. As mesmas estão assimilando práticas empresariais, promovendo auditorias e recrutando executivos para ganhar eficiência".

A evolução dessas formas de organizações, que tem como função, suprir a insuficiência do Estado em atender as necessidades sociais, tem sua sustentabilidade acentuada na captação de recursos que provêm de doações, bem como da iniciativa de um grupo de indivíduos (pessoas) voluntariados que desempenham seu papel social e cidadã na sociedade, onde essas ações provocam mudanças no cenário econômico, o que configura, de maneira positiva, a existência e fortalecimento das organizações do terceiro setor, que

tem como objetivo, a promoção da cidadania por meio do desenvolvimento de programas de cunho social, cuja essência é a diminuição da pobreza e da exclusão social.

Bava (2000 p.41) enfatiza dizendo que “para o Banco Mundial e outras instituições multilaterais, o terceiro setor, tendo a frente às ONGs, tem um importante papel executor de políticas sociais articulador e complementar a ação do Estado”.

Uma vez que o Estado tem como objetivos fundamentais: construção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção do bem-estar social de todos.

Diante de tudo que foi exposto surgiu a necessidade de responder a seguinte questão problema: **Qual o perfil das associações comunitárias rurais no processo organizacional e o papel da gestão contábil nas associações comunitárias rurais São João I e Agropecuaristas do São João II?**

## **1.2 Justificativa do Estudo**

O atual panorama econômico mundial presenciou inúmeras transformações, cujos reflexos foram sentidos das mais diversificadas formas durante a evolução da sociedade. Tais mudanças acarretam sérios problemas de cunho social, evidenciando a fragilidade do Estado como gerenciador e provedor dos serviços sociais. A necessidade de suprir as demandas sociais considerados de caráter público se faz necessário a estruturação que deu origem ao terceiro setor, um segmento de fortalecimento do campo político-social, capaz de enfrentar a pobreza e a exclusão social através de atividades e programas de geração de emprego e renda, de maneira organizada, redesenhando um novo cenário econômico nacional e mundial. O Terceiro Setor apresenta um relevante papel no desenvolvimento da sociedade civil, uma vez que, o mesmo é responsável pela interação dos segmentos sociais, pela captação e formas de gerir os recursos e pela autonomia do direito social. Nesse contexto, Coelho (2002) enfatiza que o Terceiro Setor desempenha um papel importante no desenvolvimento sociais e econômicos, já que os recursos das entidades sem fins lucrativos estão centrados em doações e incentivos fiscais. Considerando o papel relevante desempenhado pelo terceiro setor em atender, de forma complementar, as ações do Estado no tocante às demandas sociais que fortalece as atividades socioeconômicas e em consequência da carência de trabalhos acadêmicos que discorram sobre a gestão contábil no terceiro setor, o presente trabalho visa analisar o processo organizacional o papel da

gestão contábil na Associação Comunitária Rural de São João I e Associação dos Agropecuaristas do São João II, no município de Pombal.

### **1.3 Objetivos**

#### *1.3.1 Objetivo Geral*

Evidenciar a percepção dos associados da Associação Comunitária Rural do São João I e Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João II, ambas no município de Pombal, quanto ao processo de gestão e a influência na qualidade de vida dos associados.

#### *1.3.2 Objetivos específicos*

- a) Identificar o perfil da Associação Comunitária Rural do São João I e da Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João II e de seus associados;
- b) Descrever os mecanismos de captação de recursos e o auxílio da contabilidade nas associações rurais; e
- c) Apontar a percepção dos associados quanto a melhoria da qualidade de vida, a partir da captação de recursos.

### **1.4 Metodologia e estratégias de ação**

#### *1.4.1 Unidade de estudo, caracterização e localização*

Os objetos de estudo é a Associação Comunitária Rural São João I, com sede no Sítio São João I e Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João II<sup>1</sup>, com sede no São João II, ambas no município de Pombal, as fazendas possuem duas vias de acesso, pela BR 230, percorrendo 25 e 9 km, respectivamente e outro pela BR 427, sentido Pombal – Paulista, situados as margens do Rio Piranhas, o sítio São João I e II estão localizados na região Oeste do Estado da Paraíba, meso região do Sertão Paraibano, na micro-região de Sousa. A vegetação é composta por Caatinga hiperxerófila com trechos de floresta caducifólia (BELTRÃO *et al*, 2005). O clima é o AW', segundo a classificação de Koppen, semi-árido com chuvas de verão e outono, e a precipitação pluviométrica com uma média anual de 800 mm (MOURA, 2007).

---

<sup>1</sup> Assentamento do Programa Nacional do Crédito Fundiário.

#### *1.4.2 Abordagem e coleta de dados*

O presente estudo foi conduzido no período de setembro a novembro de 2009, tendo como base uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo complementada por uma pesquisa de campo, utilizando-se do método descritivo, caracterizada como uma pesquisa descritiva e exploratória, visto que não existiriam outros estudos nestas associações, objetivando evidenciar o perfil e a percepção dos associados a cerca do processo organizacional, da gestão contábil e a captação de recursos das Associações, como forma de melhoria da qualidade de vida dos associados. A população presente nas áreas de estudo é de aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) pessoas, sendo na Associação Comunitária Rural São João I, 187 (cento e oitenta e sete) pessoas, e na Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João II, 63 (sessenta e três) pessoas, do total foram entrevistados 66 e 20 associados respectivamente. Para se aferir a percepção faz-se uso de questionários aplicados aos associados através de entrevistas, fato que possibilitou a apreender-se deles algumas evidências que não se poderia verificar apenas com a aplicação destes, conforme modelo anexo.

Foram utilizados ainda como fonte de evidências a consulta ao livro de atas de reunião; estatutos; documentos de prestações de contas dos recursos adquiridos pela Associação e registros de câmera digital e outros documentos cedidos pelas organizações rurais.

#### *1.4.3 Apresentação e interpretação dos dados*

Após a coleta de dados, fazendo uso de questionários, os mesmos foram tabulados utilizando-se do aplicativo estatístico SPSS - *Statistical Package for the Social Science*, versão 11.0 para Windows. Esta tabulação trouxe como resultados as tabelas e gráficos apresentados no trabalho, que deram subsídios para interpretação dos dados e evidências colhidas durante as entrevistas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Conceito e contextualização do terceiro setor

Os movimentos sociais instituídos pela sociedade civil são os precursores das organizações sociais e estão inseridas nas sociedades desde os primórdios estando inicialmente ligados às organizações religiosas, com o papel de desenvolver as comunidades de maneira solidária, sendo fortalecidos ao longo dos anos através de ações sociais paralelas ao Estado, caracterizando a ausência dos fins lucrativos.

A estruturação organizacional dos processos econômicos que promovem o desenvolvimento da economia mundial está dividida em três setores distintos: o primeiro setor representado pelo Governo, que caracteriza a função pública, promovendo o bem-estar social. O segundo setor, da qual participam as empresas privadas, onde se inserem os empresários, sócios e acionistas que visam o lucro empresarial de seus empreendimentos. E o terceiro setor, representado pelas entidades sem fins lucrativos, que objetivam complementar o fornecimento de bens e serviços que visam à melhoria da qualidade de vida da população, fornecida pelo Estado de maneira insuficiente (ROCHA, 2008).

Segundo Naves (2006) os três setores apresentam características semelhantes na natureza e finalidade, como mostra a figura abaixo:

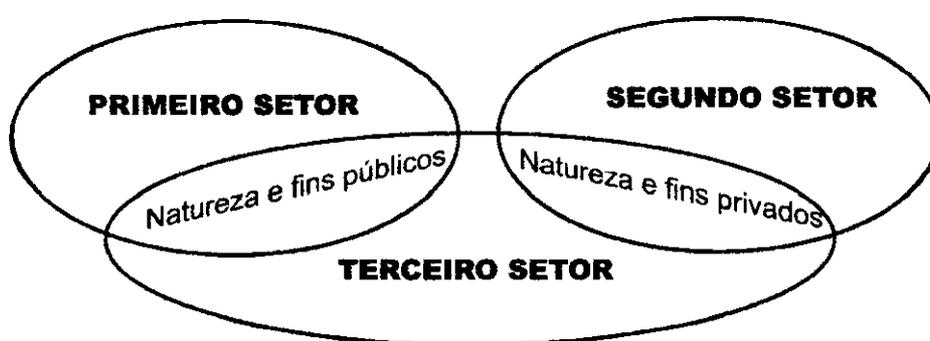


Figura 1. Tríade entre setores.  
Fonte: Camelo et al. (2006 p.44)

A figura acima mostra a estrutura da atividade socioeconômica no Brasil, observamos que o terceiro setor detém uma personalidade privada (mercado) de maneira voluntária e

desenvolve ações do primeiro setor (Estado), interagindo entre si para completar suas ações no desenvolvimento da gestão social.

De acordo com Cardoso (2003), o terceiro setor é composto por um diversificado grupo de organizações sem fins lucrativos que desenvolvem ações visando à prestação de serviços e o bem estar social, de um grupo restrito ou coletivo, fazendo uso de recursos públicos ou não, podendo ainda cobrar por esses serviços, desde que sejam revertidas na própria organização, mantendo suas características. Para Salomon (1997), o terceiro setor dispõe de um número variado de organizações sem fins lucrativos. Neste contexto, Falconer (1999) contextualiza o terceiro setor no Brasil, distribuindo as organizações por categorias: a) As instituições religiosas e entidades ligadas à igreja; b) As associações não governamentais; c) As entidades sem fins lucrativos; d) As fundações e entidades empresariais.

## 2.2 Constituição sociopolítica dos setores

O código civil brasileiro classifica as pessoas jurídicas de direito privado de acordo com ambiente de atuação, agrupando-os nos seguintes setores sociopolíticos.

Quadro 1. Divisão sociopolítica dos setores

1º Setor	2º Setor	3º Setor
Estado/Governo	Mercado/Empresas	ONGs
Entidades públicas	Entidades Privadas	Entidades privadas
Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Sem fins lucrativos
Órgãos públicos	Empresários/Sociedade	Associação/Fundação
Organizações de economia mista da administração pública indireta	a) Empresários; b) Sociedades personificadas e não personificadas; c) Sociedade simples ou empresarial.	a) Fins privados com interesses coletivos de grupos sociais restritos; b) Fins públicos com interesses geral da população.

Fonte: Peyon (2004).

Ao analisarmos o quadro acima observamos que as pessoas jurídicas do segundo e terceiro setor não pertencem a máquina do Governo, podendo, portanto, serem denominados de

Organizações Não Governamentais (ONGs), mas, segundo o Código Civil Brasileiro, as ONGs são entidades que desenvolvem serviços privados sem fins lucrativos mas com interesses coletivos e social para a população.

Nessa perspectiva, o SENAC (2006) enfatiza o terceiro setor, como entidades formadas pela iniciativa de pessoas que desenvolvem ações de caráter público, fazendo uso de recursos próprios oriundos de convênios governamentais a coletividade de serviços.

### **2.3 Classificação e caracterização das organizações do terceiro setor**

As organizações do terceiro setor para desenvolver o papel social de forma organizada e promover atividades de maneira coletiva, fomentando o desenvolvimento sustentável, é levado a adotar uma personalidade jurídica adequada aos seus fins econômicos e sociais, que variam de acordo com sua finalidade, área de atuação e fonte de recursos. O Código Civil Brasileiro, no seu artigo 44 da Lei nº 10.406 de janeiro de 2002, que foi alterado pela Lei nº 10.825 de 22 de dezembro de 2003, reza que as pessoas jurídicas de direito privado **são:**

- I – As Associações;
- II – As sociedades cooperativas;
- III – As fundações;
- IV – As organizações religiosas;
- V – Os partidos políticos.

O Código Civil determina ainda as regras para nortear a criação, dissolução e funcionamento dessas entidades.

#### **2.3.1 Associações**

São pessoas jurídicas formada pela união de pessoas que se organizam visando o bem-estar comum e o desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos. As associações são regidas por Estatuto, que regem seus direitos e deveres, onde a Assembléia Geral é órgão soberano e deliberador na Associação com as seguintes funções: Eleger ou destituir, aprovar as prestações de contas, aprovar ou alterar os Estatutos, sendo necessário para o desenrolar de tais funções a presença de dois terços dos associados na assembléia geral para colocação em votação de tais competências. Neste contexto, o Manual de

Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social (2008 p. 25) enfatiza que, com relação à aprovação da prestação de contas, a associação possui um conselho fiscal que é responsável pela apresentação do relatório dos débitos e créditos da associação à assembléia geral, que delibera sobre a provação da prestação de contas. Portanto, observamos que, a assembléia geral é responsável pela prestação de contas dentro das associações, sendo, com isso, o zelador do bom nome da associação.

### 2.3.2 Fundações

De acordo com Szazi (2003 p.37) fundação é "um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinado, que adquiriu personificação jurídica por seu instituidor"

Para criação de uma fundação se faz necessário que seu instituidor deve fazer por escritura pública ou testamento, doação especial de bens, especificando o fim a que se destina e como administrá-la.

O art. 62, parágrafo único do Código Civil Brasileiro reza que: "As fundações só poderão constituir-se para fins religiosos, culturais e de assistência.

Nesse contexto, observa-se que as fundações são constituídas com a finalidade social, sendo regidas por um estatuto e administrada por órgãos deliberativos e executivos, que tem a responsabilidade de zelar pelo patrimônio e realizar prestação de contas da entidade.

### 2.3.3 Sociedades Cooperativas<sup>2</sup>

São constituídas a partir da união de pessoas que celebram um contrato de sociedade, com forma e natureza jurídica, que visa suprir seus membros de bens e serviços ao menor custo, para o exercício da atividade econômica, partilhando entre os associados, os resultados.

Para Nascimento (2000), as sociedades cooperativas são classificadas de acordo com seu objeto e natureza de atividades:

- I – Cooperativas de produção;
- II – Cooperativas de consumo;
- III – Cooperativas de créditos;
- IV – Cooperativas de compra em comum;

---

<sup>2</sup> As Sociedades cooperativas estão agrupadas de acordo com o novo Código Civil, no Livro II, do direito da Empresa, arts 1.093 a 1.096.

V – Cooperativas de vendas em comum;

VI – Cooperativas mistas.

As sociedades cooperativas unificam esforços com a finalidade de fomentar o bem estar, interesses e aspirações coletivas, delegando responsabilidades, onde o cooperado é proprietário, usuário e dirigente da entidade, desenhando assim, uma estrutura social e renovada, que visa a cooperação e coletividade de ações.

#### *2.3.4 Organizações Não Governamentais (ONGs)*

São pessoas jurídicas de direito privado, criadas para complementar a ação do Estado no desenvolvimento de atividades e programas sociais que geram a melhoria da qualidade de vida e inclusão social, de forma coletiva, para população. Sua diferença das associações está na forma ampla de atender aos necessitados, já que as associações atuam trabalhando com um grupo reduzido de pessoas e as ONGs trabalham propostas para atender as necessidades sociais de uma população como todo. As ONGs se consolidaram e fortaleceram a partir da diversificação das organizações da sociedade civil, tendo seu clímax nas décadas de 80 e 90, onde desenvolveram um papel importante no desenvolvimento da inclusão social. Nesse contexto, Pereira e Leite (2005, pg. 33) conceituam ONGs como: (...) união de pessoas com o objetivo de solucionar problemas comunitários, como educação, saúde, lazer e bem estar social.

As ONGs não exercem papel filantrópico, mas visam a inclusão social através do desenvolvimento de atividades que complementam a ação do Estado em programas de educação, saúde, economia, etc. que geram o bem estar e a qualidade de vida de uma população.

#### *2.3.5 Organizações Sociais (OS)*

Araújo (2005) considera as Organizações Sociais uma nova categoria com modelo de gestão e formato intrínseco das organizações sem fins lucrativos. Criada a partir da Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998, tendo suas atividades direcionadas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção do meio ambiente, na cultura e a saúde, desenhando um novo caminho da inter-relação ou cooperação entre o Estado e as entidades sem fins lucrativos (ESFL) denominado de Contrato de Gestão.

Diante de tudo que foi exposto podemos observar que uma Organização Social poderá ser uma Associação ou Fundação, mas com uma nova forma de atuar junto ao Estado, complementando assim suas ações de interesse social e público.

### *2.3.6 Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)*

Araújo (2005 p.20) define OSCIP como organizações do terceiro setor que surgiu a partir de um termo de parceria entre os setores públicos e privados, tendo como instrumento disciplinador a Lei nº 9.790 de março de 1999, regulamentada pelo decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999. Estes instrumentos legais determinam às organizações que pretendem ter título de OSCIP.

A Lei nº 9.790/99 no seu art. 2º qualifica as organizações que não são possíveis de qualificação como OSCIP, ainda que se dediquem a qualquer forma às atividades descrita no art. 3º desta Lei. (ARAÚJO, 2005 p.26-27):

- I – As associações comerciais;
- II – Os sindicatos, associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III – As instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV – As organizações partidárias e assemelhados, inclusive suas fundações;
- V – As sociedades de benefício mútuo destinados a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI – as entidades e empresas que comercializam planos de saúde ou assemelhados;
- VII – As instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII – As escolas privadas didáticas no ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX – As organizações sociais;
- X – As cooperativas;
- XI – As fundações públicas;
- XII – As fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criados por um órgão público ou por fundações públicas;
- XIII – As organizações creditícias que tenham quaisquer tipos de vinculação com o Sistema Financeiro Nacional, a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

As OSCIP são parceiras do Estado no tocante aos serviços de interesse público, colaborando assim, com a consolidação e fortalecimento das áreas sociais que visam a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico da população.

## 2.4 Natureza e dinâmica social das associações e cooperativas

O associativismo e cooperativismo são movimentos socioeconômicos que visam organizar a sociedade civil através da mobilização social, compartilhando sonhos, objetivos, propósitos, responsabilidades, deveres e obrigações, buscando a realização de um objetivo comum.



Figura 2. Esfera Social, Política e Econômica.  
Fonte: Nascimento (2000)

Ao analisarmos as três esferas (econômica, social e política) representadas respectivamente pelos atores (mercado, sociedade e Estado), observamos que o associativismo e o cooperativismo formam uma teia de ação mútua que contribui para o desenvolvimento da seguinte maneira: (a) Reduz as imperfeições do mercado; (b) Amplia a distribuição, transparência e eficácia dos instrumentos de política do Governo que visam o desenvolvimento econômico e social; (c) Reduzir as desigualdades econômicas e sociais; (d) Induzir inovações nos demais segmentos; (e) Efetivar o processo educativo; e (f) Aperfeiçoar a democracia (NASCIMENTO, 2000).

As associações e cooperativas apesar de apresentarem objetivos semelhantes, apresentam algumas divergências nas suas ações, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2. Características das associações e cooperativas

	<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>COOPERATIVA</b>
Objetivos institucionais	Mobilização social	Mobilização social
Fontes de recursos	Doações, convênios, prestação de serviços comunitários	Aquisição de bens e serviços através da cooperação
Lucro	Não há participação/distribuição aos associados	Retorno das sobras ao associado distribuído em assistência e incentivo a educação
Aspectos tributários e fiscais	Normalmente são imunes ou isentos	Não são imunes ou isentos
Resultado social e econômico	Difícil de ser mensurado economicamente	Possui gestão contábil de suas atividades
Tipo de entidade	Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos
Questão comercial	Não pode comercializar, não pode gerar Nota Fiscal	Podem comercializar, já que gera Nota Fiscal

Fonte: Olak e Nascimento (2008)

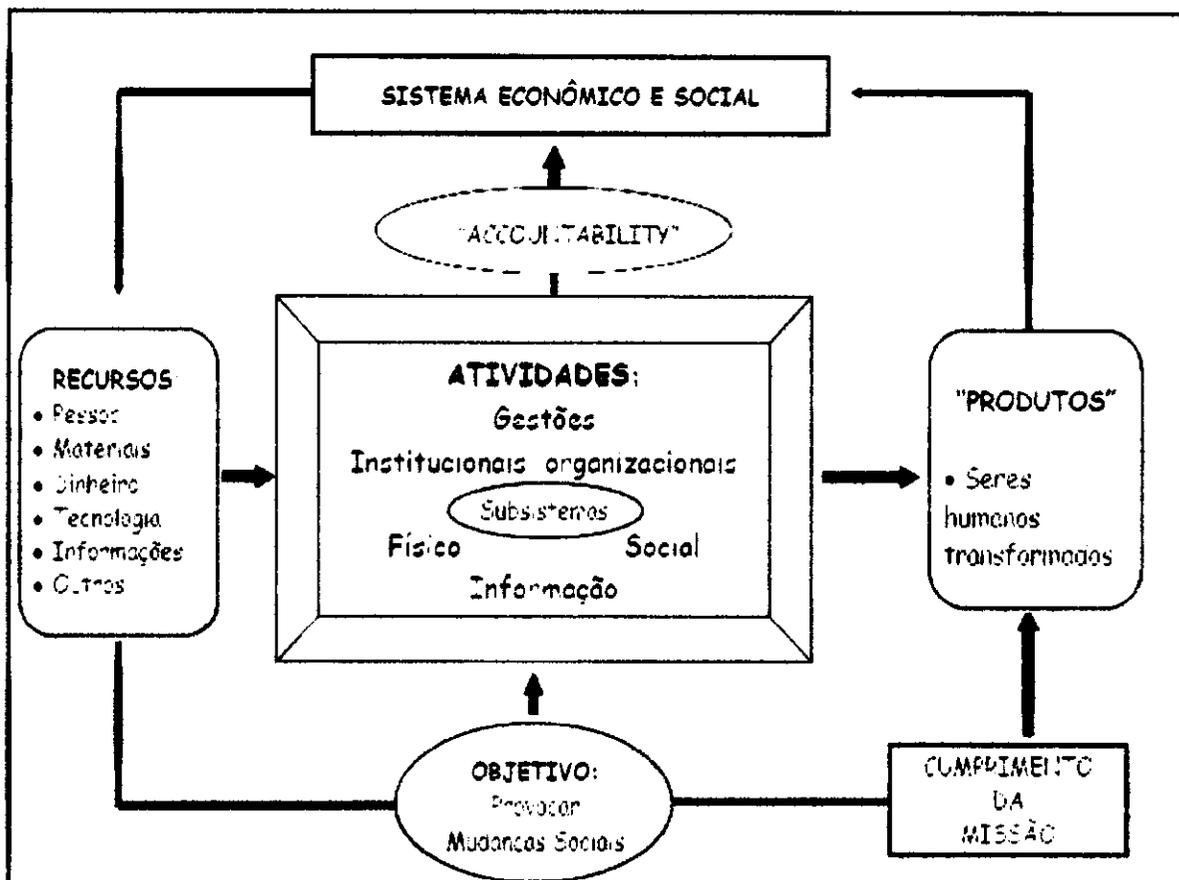
## 2.5 Processos de gestão em organizações do terceiro setor

As Entidades Sem Fins Lucrativas (ESFL) apresentam características filantrópicas, de caráter social, assistencial e educativa, que objetiva desempenhar um papel social visando à obtenção de um produto final, pessoas transformadas.

O ambiente externo na qual ESFL atua é o sistema econômico e social que é constituído pelo mercado, governo e legislação, a sociedade é representada pelos indivíduos e ONGs. As ESFL recebem desse sistema os recursos que são utilizados pelos subsistemas para execução de atividades (beneficência, filantropia, esporte, lazer, religião, cultura e educação, etc.) que por sua vez, realizam a *accountability* (prestação de contas à sociedade), objetivando provocar mudanças sociais, gerando como produto final, seres humanos transformados que são novamente reintegrados ao sistema (OLAK & NASCIMENTO, 2008).

A figura abaixo apresenta a visão sistemática das ESFL:

Quadro 3. Visão sistemática das ESFL



Fonte: Olak & Nascimento (2008)

As características filantrópicas assistencial, educativa e de caráter social, embora distintas e inseridas em contextos variados, tem o mesmo objetivo, quando desenvolve como função central desempenhar um papel social promovendo a cidadania, utilizando-se de diversos meios e ações para atingir sua meta, que é a inclusão social.

Nesse contexto, Olak (2000 p. 23) enfatiza que ser terceiro setor, significa participar de um terceiro seguimento, além do Estado e Mercado.

Com base em tudo o que já foi apresentado sobre o terceiro setor, podemos conceituar terceiro setor como uma grande variedade de organizações que visam como produto final, seres humanos transformados, tanto os beneficiários como doadores, o primeiro pelo resgate de sua cidadania e o segundo pela noção e compreensão de que sua doação proporcionou a inclusão social e o resgate da cidadania, promovendo a sustentabilidade dessas entidades, onde suas lideranças fazem uma aplicação do recurso de maneira

eficiente, desenvolvendo o espírito de coletividade, mantendo a organização e o cumprimento de sua missão.

De acordo com Araújo (2005), as organizações do terceiro setor são classificadas por áreas de atuação, da mesma forma ocorre com as entidades privadas, tendo como diferencial entre os dois setores, a tributação de suas atividades que no terceiro setor são considerados incentivos.

### 2.5.1 Origens dos recursos

As principais fontes dos recursos financeiros das ESFL vêm dos denominados parceiros (associados, cooperados, doações, etc.). A filantropia é a principal característica das entidades do terceiro setor (associações, organizações sociais, fundações, etc.), o que dificulta ações que gerem o desenvolvimento social dessas entidades, decorrendo nos desequilíbrios financeiros, por falta ou má administração. De acordo com os dados estatísticos apresentados no gráfico 1, as fontes dos recursos advêm dos resultados econômicos próprios (46%), dos recursos privados (33%) e públicos (21%) (CAMELO *et al*, 2006).

O gráfico 1 demonstra as principais fontes de recursos.

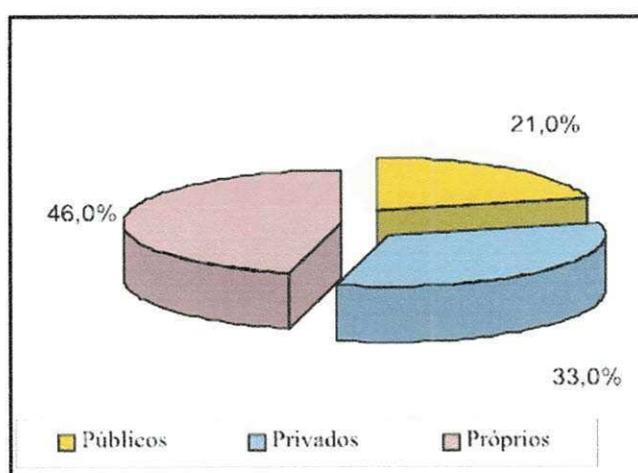


Gráfico 1. Mapa do terceiro setor.  
Fonte: CAMELO *et al* (2006)

### *2.5.2 Patrimônio social*

A captação dos recursos que constitui e mantém o patrimônio social das ESFL é constituído a partir de contribuições, doações e subvenções que tem como objetivo lucros sociais de maneira coletiva, às vezes ainda dispõe de receitas financeiras de capital e de vendas de produtos, mercadorias e serviços. Desta forma, as ESFL fomentam suas ações com recursos do sistema econômico e social, que é formado pelo mercado, governo e sociedade, que obtém como produto final, pessoas transformadas (OLAK & NASCIMENTO, 2008).

#### *2.5.2.1 Contribuições*

De acordo com Olak & Nascimento (2008 p.28), no Brasil, o termo contribuição é relatado na Constituição Federal no capítulo que trata do sistema Tributário Nacional, nos arts 145, inciso III e 149, onde a contribuição é vista como caminho para melhoria da qualidade de vida, tratando captação de recursos provenientes do poder público, denominado de contribuição de melhoria das contribuições sociais.

Para o AICPA<sup>3</sup>, contribuição é uma transferência incondicional de dinheiro ou de outros ativos, ou ainda, o cancelamento de suas obrigações acima numa transferência voluntária não recíproca por outra entidade que não seja o proprietário. As contribuições nas associações vêm dos recursos dos associados, empresas, governos que são investidos em programas e projetos que visam à sustentabilidade da comunidade de maneira coletiva, buscando desenvolver social e economicamente, essas contribuições podem ser mensal, trimestral ou anualmente.

As contribuições dos associados são recursos das pessoas ou empresas filiadas às entidades, os membros são associados, partidários, sindicalizados, etc., que em assembléia geral determinam o valor da contribuição.

#### *2.5.2.2 Doações*

De acordo com o Código Civil Brasileiro, no art. 538, conceitua doação como “contrato em que uma pessoa por liberdade, transfere do seu patrimônio, bens e vantagens para o de outra”.

Segundo o novo Código Civil, art.541, “a doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular.

---

<sup>3</sup> American Institute of Certified Public Accountants.

São recursos destinados a entidades em caráter definitivo, que irão construir o patrimônio social e não necessita de contrapartida dos recebedores, são utilizados para desenvolver atividades que visam o bem estar e a coletividade de ações de uma comunidade, fortalecendo a superação dos dilemas sociais.

#### *2.5.2.3 Subvenções*

As subvenções são as fontes de recursos de muitas ESFL, são indispensáveis para desenvolver os projetos, que tem como finalidade, diminuir a exclusão social. As associações recebem recursos do Estado através do Projeto Cooperar, que tem um Programa de Redução a Pobreza Rural (PRPR), destinado ao desenvolvimento de projetos produtivos, visam melhorar a qualidade de vida dos associados através da geração de renda.

Nesse contexto, Nunes (1990 p.801), conceitua subvenção como “abono de determinada quantia em dinheiro concedido pela administração ou governo, para manutenção de instituição beneficente ou estabelecimento, serviço ou obra de caráter privado e utilidade ou interesse pública regularmente organizada”.

As subvenções são efetuadas em caráter espontâneo, cujos recursos são destinados em benefício dos próprios associados, visando o fortalecimento das entidades sem fins lucrativos.

#### *2.5.2.4 Receitas de aplicações financeiras de capital, de vendas de produtos, mercadorias e serviços*

Essas receitas nas ESFL são constituídas de transações bancárias, investimentos e até mesmo da venda de produtos e serviços, produzidos com a finalidade de comercializar para melhoria da qualidade de vida de seus associados, visando à geração de renda na comunidade, cumprindo assim, seus objetivos sociais, consolidando e fortalecendo o patrimônio social das entidades através de atividades como: aluguel de quadras, bingos beneficentes, torneios esportivos, leilões, etc.

#### *2.5.2.5 Outras fontes de recursos*

Olak & Nascimento (2008 p.33) enfatiza que as ESFL utilizam-se de outras fontes variados de captação de recursos para auxiliar na manutenção do desenvolvimento social ou mesmo atender suas necessidades específicas, a exemplo da cobrança de taxas de inscrição para

realização de eventos (simpósios, congressos e eventos). O desenvolvimento de tais atividades nestas entidades servem para captação de recursos que venham promover atividades sociais que diminuam a exclusão social, a exemplo de festas comunitárias desenvolvidas visando complementar a renda dos associados, além de fortalecer a questão de associativismo e cooperação entre os mesmos.

## 2.6 Sistema contábil nas organizações do terceiro setor

Campos (2006) apresenta de forma resumida a finalidade de cada uma das demonstrações, conforme abaixo:

Demonstração	Finalidade
Balanço Patrimonial	Evidencia, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade
Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício	Evidencia a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Evidencia as mutações, em natureza e valor, no patrimônio social da entidade, num determinado período de tempo
Demonstração de Origem e Aplicação dos Recursos	Evidencia num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade
Demonstração do Fluxo do Disponível	Apresenta a movimentação ocorrida nas contas do disponível da entidade (Dem. do Fluxo de Caixa Realizado ou Balanço Financeiro)
Notas Explicativas	Contêm informações relevantes e complementares àquelas não suficientemente evidenciadas nas Dem. Contábeis

Fonte: Adaptada de Campos (2006)

### 2.6.1 Evidenciação contábil

Evidenciar, segundo Ferreira (1999 p.855) "é tornar evidente, mostrar com clareza, comprovar". Segundo Araújo (2005 p.45), evidenciação contábil se diferencia de informação contábil, para ele, a evidenciação contábil refere-se aos diversos métodos onde estão dispostos as informações contábeis aos usuários, em quanto que as informações contábeis são o conjunto amplo e estruturado que se encontra de acordo com a necessidade do usuário. Iudicibus (2000 p.118) relata que tais métodos abrangem:

- a) Forma e apresentação das demonstrações contábeis;
- b) Informações entre parênteses;
- c) Notas de rodapé (explicativos);
- d) Quadros demonstrativos suplementares;
- e) Comentários do auditor;
- f) Relatório da Diretoria

Nesse sentido, observamos então, que a evidenciação é o elo entre a entidade e os órgãos deliberativos das entidades, fomentando a tomada de decisões, fazendo uso da ferramenta denominada Comunicação, que fornece as informações, montando um canal de mão dupla.

### *2.6.2 Demonstrativos contábeis*

As demonstrações contábeis para entidades de terceiro setor estão elencadas de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), disposta da seguinte forma: Balanço Patrimonial, demonstração de superávit ou déficit do exercício, demonstração das mutações do patrimônio social e demonstração das origens e aplicações dos recursos.

#### *2.6.2.1 Balanço Patrimonial*

Para Campiglia (1997 p.35), balanço patrimonial é definido como instrumento elaborado para mostrar a situação financeira da instituição, empresa ou entidade, em determinada data com seus elementos numéricos expressos e tecnicamente intitulado e classificado.

Os elementos de uma demonstração de balanço patrimonial são descritos como ativo, passivo e patrimônio líquido.

De acordo com Araújo (2005 p.55), tanto para o terceiro setor como para o segundo setor, o ativo representa todas as aplicações de recursos resultantes em bens e direitos da organização, enquanto o passivo representa a origem dos recursos, resultante em obrigações com terceiros.

De acordo com Araújo (2005), o balanço patrimonial, para entidades sem fins lucrativos, é composto por:

1. ATIVO		2. PASSIVO	
1.1 CIRCULANTE .....	22.000,00	2.1 CIRCULANTE .....	13.000,00
1.1.1 Disponível .....	20.500,00	2.1.1 Fornecedores .....	500,00
1.1.1.1 Fundo Fixo .....	200,00	2.1.2 Empréstimo Bancário .....	10.000,00
1.1.1.2 Bco. BR Cta.Movimento	14.300,00	2.1.3 Salários a pagar .....	2.500,00
1.1.1.3 Bco.RJ Aplicação .....	6.000,00		
1.1.2 Estoques .....	1.500,00		
1.1.2.1 Mercadorias (camisetas)	1.000,00		
1.1.2.2 Almoxarifado .....	500,00		
1.2 REALIZÁVEL LONGO PRAZO	-	2.2 EXIGÍVEL LONGO PRAZO ...	2.100,00
		2.2.1 Fornecedores .....	-2.100,00
1.3 PERMANENTE .....	41.840,00	2.3 PATRIMÔNIO SOCIAL .....	48.740,00
1.3.1 Imobilizado Próprio .....	11.840,00	2.3.1 Patrimônio Social .....	38.000,00
1.3.1.1 Móveis .....	2.000,00	2.3.1.1 Doações patrimoniais .....	8.000,00
1.3.1.2 Veículos .....	8.000,00	2.3.1.2 Imobilizado Projeto .....	30.000,00
1.3.1.3 Computadores .....	3.000,00		
1.3.1.4 Depreciação Acumulada .	(1.160,00)	2.3.2 Superávit/Déficit Acumulado	
1.3.2 Imobilizado Projeto .....	30.000,00	-2.3.3 Superávit/Déficit Exercício	10.740,00
1.3.2.1 Instrumentos .....	30.000,00		
1.4 COMPENSADO .....	3.000,00	2.4 COMPENSADO .....	3.000,00
1.4.1 Convênios .....	3.000,00	2.4.1 Convênios .....	3.000,00
1.4.1.1 Bco. Oficial .....	3.000,00	2.4.1.1 Projeto Dança Popular .....	3.000,00
1.4.2 Termo de Parceria .....	-	2.4.2 Termo de Parceria .....	-
1.4.3 Contratos Administrativos ..	-	-2.4.3 Contratos Administrativos .	-
<b>Total</b>	<b>66.840</b>	<b>Total</b>	<b>66.840</b>

Fonte: Adaptada de Araújo (2005)

#### 2.6.2.2 Demonstração de superávit ou déficit do exercício (DSDE)

É a demonstração de resultado que tem por finalidade evidenciar o resultado (lucro ou prejuízo), periódico da instituição e os fatores negativos (custos e despesas) e positivos

(ganho e rendimentos) que compõe os resultados representados por saldo de contas a que se referem (CAMPIGLIA, 1997 p.49).

Desta forma, a demonstração de resultados, desempenha a gestão financeira da entidade, computando as receitas menos os custos e despesas de uma entidade por um período determinado, bem como de que maneira são utilizados os recursos adquiridos.

Segundo Araújo (2005) os superávits ou déficits, para entidades sem fins lucrativos, são compostos por:

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – NOSSA ONG

ITEM	VALOR
<b>Receitas da Atividade</b>	<b>28.580</b>
<b>PRÓPRIAS</b>	<b>18.500</b>
De doações: custeio 7.000 + serv. Voluntário 3.000	
De serviços: taxa adm. 2.500	
De bazar: --	
De eventos: vda. Camisa 5.000	
De aplicação financeira: Banco RJ 1.000	
<b>TRANSF. RECURSO PÚBLICO/PROJETOS</b>	<b>10.000</b>
Dança Popular – 10.000	
<b>(-) Deduções</b>	
Abatimentos/devoluções/impostos incidentes s/ receitas	
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>28.500</b>
<b>(-) Custos da atividade:</b>	<b>(11.000)</b>
própria 1.000	
social com projetos 10.000	
<b>(=) Resultado Bruto das Atividades</b>	<b>17.500</b>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>	<b>(6.760)</b>
Administrativas (3.760)	
Pessoal (2.500)	
Serviço de terceiros –	
Material de consumo –	
Manutenção –	
Depreciação (1.160)	
Diversas (100)	
MKT Institucional (3.000)	
Tributárias –	
Resultado Financeiro –	
<b>(=) Superávit/Déficit das atividades</b>	<b>10.740</b>
<b>(+) ou (-) Receitas ou Despesas Não-Operacionais</b>	<b>Ø</b>
<b>(=) Superávit do Exercício</b>	<b>10.740</b>

Fonte: Adaptada de Araújo (2005)

### 2.6.2.3 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)

De acordo com Olak & Nascimento (2000 p.11), as organizações do terceiro setor não mantêm lucros ou prejuízos acumulados, logo tais demonstrativos são desnecessários. Denominando tais demonstrativos (DLPA) como Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (DMPS) que demonstrarão como e porque as diversas contas do patrimônio líquido da entidade modificam-se durante um determinado período.

### 2.6.2.4 Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR)

A DOAR se tornou obrigatória para entidades do terceiro setor através da norma brasileira de contabilidade técnica 10.19 de acordo com o boletim IOB nº 33 (2001) por ser fonte de informações dos aspectos políticos financeiros da entidade. Neste contexto, a DOAR para entidades do terceiro setor representa o caminho que evidencia de onde vieram e como foram utilizados os recursos adquiridos, determinando ainda o desenvolvimento de projetos eficientes que direcionaram a aplicação dos recursos e ou capital circulante líquido da entidade.

Com relação a DOAR, Araújo (2005) enfatiza que as entidades sem fins lucrativos devem demonstrar:

<b>1. Origem dos Recursos</b>	<b>21.645,00</b>
1.1 Superávit ou Déficit do Exercício	137,00
1.2 Depreciações	1.228,00
1.3 Dos Associados	20.000,00
1.4 Doações e Subvenções p/ Investimentos	280,00
<b>2. Aplicações de Recursos</b>	<b>4.000,00</b>
2.1 Aquisição de AP Imobilizado	4.000,00
<b>3. Aumento ou Redução do CCL</b>	<b>17.645,00</b>

### 2.6.2.5 Demonstração de fluxo de caixa (DFC)

Para Marion (1998 p.381) DFC indica a origem de todo dinheiro que entrou ou saiu do caixa de uma entidade em um determinado período. O DFC para uma entidade do terceiro setor tem função fundamental na sua gestão contábil, uma vez que auxilia seus gestores no planejamento de suas ações, determinando o momento exato de injetar recursos no fluxo financeiro da entidade.

A lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). A partir de

01.01.2008 a DFC passou a ser demonstração obrigatória para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a dois milhões de reais.

De acordo com Gonçalves (2008 pg. 31) com o DFC é possível identificar quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante determinado período e o resultado desse fluxo. O relatório de fluxo de caixa deve ser dividido em três áreas:

- Atividades Operacionais: receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da entidade.
- Atividades de Investimento; gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo ou no Ativo Permanente, bem como as entradas por venda de ativos imobilizados.
- Atividades de Financiamento: recursos obtidos do Exigível a Longo Prazo e do Patrimônio Líquido. Incluindo os empréstimos e financiamentos de curto prazo. As saídas correspondem a amortização destas dívidas e os valores pagos aos acionistas a título de dividendos, distribuição de lucros.
- Essa demonstração fornece informações relevantes sobre o fluxo financeiro da entidade auxiliando os gestores na tomada de decisão.

#### *2.6.2.6 Notas explicativas*

De acordo com Araújo (2005 p.59), as notas explicativas "é um método de evidenciação contábil, sendo utilizado como método complementar das demonstrações contábeis, está previstas na NBC-T6 e NBC-T10 para fins de divulgações.

Os gestores ESFL utilizam as notas para a prestação de contas à comunidade, a partir de um documento denominado "Relatório de Prestação de Contas da Administração" que contém as demonstrações contábeis da entidade.

#### *2.6.2.7 Orçamento*

É um instrumento utilizado na gestão contábil como norteador de ações ou planejamento que é responsável pela materialização do sistema contábil no terceiro setor.

Desta forma, Sanvicente & Santos (1995 p.17) enfatiza que o orçamento envolve tanto facetas de planejamento quanto de controle, direcionando, portanto, a instrução e execução do plano dentro de uma entidade.

A contabilidade, como ferramenta de gestão, é um instrumento de fundamental importância para as organizações do terceiro setor, uma vez que sua prática facilita os demonstrativos e

evidenciações contábeis, que são responsáveis pelas transparências de relatórios e avaliações necessárias para captação de recursos, onde as entidades apresentam papel relevante, já que sua estrutura organizacional visa consolidar ações que trabalham a tomada de decisões coletivas, fomentando assim, a superação dos dilemas sociais existentes na sociedade.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

Os objetos de estudos são Associação Comunitária São João I e Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João II que foram fundadas a 20 e 7 anos respectivamente. A população de associados é representada por agricultores familiares com experiência no exercício da agricultura.

A atividade dos associados está voltada para agricultura de subsistência, notadamente as culturas de milho, feijão, arroz, batata, macaxeira, fazendo uso de irrigação, já que, as associações são banhadas pelas águas do Rio Piranhas. A comercialização é realizada, na sua maioria, ao atravessador, tendo como principal produção a banana irrigada, que é comercializada de forma *in natura*. Além da produção de algumas frutíferas como manga, caju, acerola, goiaba, que são beneficiadas na agroindústria de polpa de frutas da comunidade, com intuito de agregar valor aos seus produtos, melhorando com isso, o valor da produção para comercialização.

A economia das comunidades em estudo está baseada na agropecuária, onde as atividades de geração de renda vem tanto da comercialização dos produtos excedentes da agricultura, como da venda de animais, ovinos, caprinos, suínos, aves e bovinos, além da comercialização do leite de forma *in natura*, também agregando valores ao mesmo, a partir do beneficiamento dos derivados do leite (nata, queijo, manteiga, etc.).

As associações contam além do rio perene, com alguns reservatórios de água, como açudes e tanques de irrigação, que são utilizados para irrigação de hortaliças e algumas frutíferas pelo método de micro-aspersão. A água desses reservatórios ainda é utilizada para o consumo animal e para criação de peixes, que os associados usam tanto para comercializar como complementação do cardápio alimentar, fortalecendo com isso a renda das suas famílias.

Ao analisarmos a cadeia produtiva dos associados das entidades em estudo, notamos que sua produção é diversificada, necessitando apenas que essas entidades, através da parceria com os órgãos ligados a agricultura (Emater, Secretaria de Agricultura, Sebrae, etc.) desenvolvam um projeto de estruturação da cadeia produtiva dessas associações, para que os associados deixem de comercializar sua produção para os atravessadores, já que apenas uma pequena parte dessa produção é comercializada para o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar.

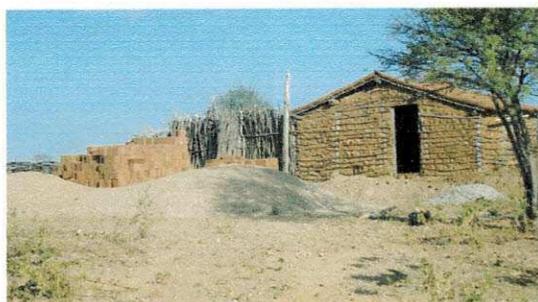
#### 4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

As associações comunitárias representam um valioso instrumento no fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que desenvolvem e viabilizam de forma racional as atividades econômicas que visam resultados comuns, isto é, buscam responder as necessidades coletivas e o bem estar social da população rural. Nesse contexto, Moraes Curado (2001, p.2) define as associações comunitárias como sociedades formais que objetivam a integração de atividades e ações dos agricultores familiares que visam o desenvolvimento e a melhoria do processo produtivo da comunidade a qual pertence.

As associações comunitárias rurais trabalham a socialização e integração de produtores familiares, visando a melhoria da qualidade de vida e do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence, fortalecendo e consolidando o associativismo e a cooperação através da tomada de decisão coletiva, desenhando uma nova realidade de suas comunidades rurais.

Neste contexto, as associações visando a melhoria da qualidade de vida de seus associados, viabilizaram alguns projetos como: construção de cisternas e troca das casas de taipas por alvenaria, uma melhoria que visou a prevenção da saúde de seus associados (Figura 3 e 4).

Realidades transformadas a partir da participação social, que é uma ferramenta fortalecedora na tomada de decisões coletivas e na superação dos dilemas sociais, formando visões e concepções renovadas dos aspectos socioeconômicos, produtivos e políticos nas comunidades em estudo, envolvendo atores sociais com recursos específicos, mas com a mesma finalidade a melhoria da qualidade de vida dos associados e a sustentabilidade e consolidação das associações estudadas, uma vez que, o processo de captação dos recursos agregou compromisso das organizações (entidades) em aplicar os recursos adquiridos, a participação voluntária e coletiva dos associados na implementação e desenvolvimentos dos projetos que gerou como produto final, desenvolvimento social e transformação da comunidade e da vida dos associados.



**Figura 3.** Troca das casas de taipa em alvenaria



**Figura 4.** Construção de cisternas

Outros projetos nesta mesma linha foram a aquisição de passagem molhada, que vieram no intuito de facilitar o escoamento da produção agrícola dos associados. Nos períodos chuvosos, as águas do rio que banha as associações geralmente transbordam dificultando assim o acesso as estradas que levam as centrais de comercialização (cidade), sendo utilizado, como paliativo, o uso de canoas manuais para o deslocamento pessoal e produtivo nestas comunidades rurais (Figura 5 e 6).



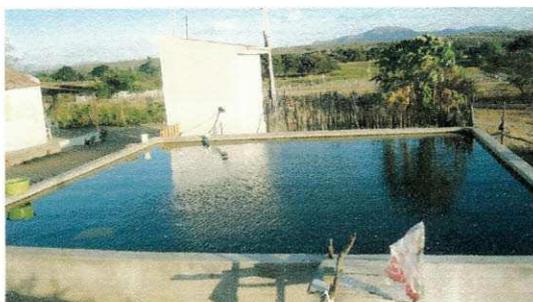
**Figura 5.** Passagem molhada



**Figura 6.** Passagem molhada

Visando a geração de emprego e renda, foram desenvolvidos os projetos de irrigação (Figura 7 e 8) que são utilizados para fortalecer a renda dos associados, uma vez que são usados para irrigar as culturas de subsistência (milho, feijão, mandioca, batata), além de algumas frutíferas que são beneficiadas na agroindústria, visando a agregação de valor dos produtos, melhorando assim, a apresentação e o valor pago pelas frutas, fortalecendo ainda o associativismo e cooperação através do trabalho coletivo dos associados durante o processamento de polpas de frutas (Figuras 9 e 10).

A estrutura organizacional dos agricultores familiares em associações comunitárias fomentou o desenvolvimento de políticas públicas estaduais, através de projetos de irrigação beneficiamento de polpas de frutas, oferecendo as comunidades em estudo, melhores serviços, cidadania, agilidade na captação dos recursos, valorização dos associados, rompendo políticas de assistencialismo e gerando uma relação de interação entre Estado e as comunidades rurais



**Figura 7.** Kit de irrigação



**Figura 8.** Produção utilizando o Kit de irrigação



**Figura 9.** Agroindústria



**Figura 10.** Produção de polpa de frutas pelos associados

Todos esses projetos foram desenvolvidos pelas associações, na intenção de trabalhar a coletividade de ações e o bem estar social levando a inclusão social a estas comunidades, com recursos adquiridos pelas duas associações, através do Projeto Cooperar, pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e de recursos das esperas Federais e Municipais, tendo papel relevante no desenvolvimento dessas atividades, uma vez que fortalecerem o espírito de coletividade, liderança e transformação social nas comunidades rurais.

Para captação dos dados da pesquisa foi organizado dois grupos que foram denominados de “Associação A” e “Associação B”, representando a Associação Comunitária Rural do São João I e Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João respectivamente, sendo que, na tabulação, os dados foram unificados. Na tabela 1 mostra o número de entrevistados por associação.

Tabela 1. Associação que participa

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
Associação São João I	66	76,7	76,7	76,7
Associação São João II	20	23,3	23,3	100,0
Total	86	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa

Essa distribuição de 66 (sessenta e seis) entrevistados para a Associação São João I e apenas 20 (vinte) para a Associação São João II, deve-se ao fato da primeira ser fundada a mais de 20 anos, enquanto a segunda dispõe de apenas 7 (sete) anos de sua fundação. De acordo com os dados descritos na tabela 2, verificou-se que a população presente nas duas associações apresentam, na sua maioria, idades superiores a 41 anos.

Tabela 2. Faixa etária dos associados entrevistados

	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual válido</b>	<b>Percentual cumulativo</b>
Até 30 anos	10	11,6	11,6	11,6
de 31 a 35 anos	7	8,1	8,1	19,8
de 36 a 40 anos	13	15,1	15,1	34,9
de 41 a 50 anos	30	34,9	34,9	69,8
acima de 50 anos	26	30,2	30,2	100,0
Total	86	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa

Os aspectos referentes ao gênero estão descritos na tabela 3, onde constatou-se que a participação masculina é de 60,5%, sendo superior a feminina, existe ainda uma característica peculiar, pois os filiados a associação não precisam ser apenas uma pessoa por casa, ou seja, pode-se ter numa casa vários filiados, e o resultado disto é esta participação feminina. Por outro lado, esta participação fortalece a associação e já desperta o interesse dos órgãos financiadores, visando prover linhas de créditos diferenciadas, voltadas para a mulher no campo. Estas são voltadas para as mais variadas finalidades, desde o artesanato até a agroindústria, com a produção de doces, licores, entre outros.

Tabela 3. Gênero dos associados entrevistados

	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual válido</b>	<b>Percentual cumulativo</b>
Masculino	52	60,5	60,5	60,5
Feminino	34	39,5	39,5	100,0
Total	86	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa

Com relação à escolaridade, os percentuais nas associações são considerados bons, onde, dos entrevistados, 24,4% possuem o ensino fundamental incompleto, 11,6% ensino médio completo, 1,2% ensino superior incompleto, 5,8% ensino superior completo, 18,6% analfabeto funcional e apenas 10,5% analfabetos (Gráfico 2).



Gráfico 2. Escolaridade dos associados entrevistados

Fonte: dados da pesquisa

Quando indagados sobre a importância das associações como forma de organização rural, os entrevistados relataram a relevância das mesmas nos acessos às políticas públicas e no fortalecimento do processo produtivo (Tabela 4).

(...) As associações são responsáveis pelo desenvolvimento do papel social e coletivo nas comunidades rurais (associado da Associação A).

Tabela 4. A importância da associação na organização rural

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
<b>Sim</b>	86	100,0	100,0	100,0

Fonte: dados da pesquisa

As importâncias que os associados nos dois grupos dão as suas referidas associações refletem positivamente na frequência e nas atividades coletivas (Tabela 5).

(...) A Associação desenvolve o espírito de união e coletividade, fomenta a captação de recursos, além de ser responsável pela organização dos processos produtivos e socioeconômicos nas comunidades rurais (Presidente da Associação B).

Tabela 5. Frequência nas atividades coletivas.

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
<b>As vezes</b>	23	26,7	26,7	26,7
<b>Sempre</b>	63	73,3	73,3	100,0
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: dados da pesquisa

Mesmo os associados reconhecendo a importância da associação, os mesmos ainda precisam melhorar seu grau de organização rural, uma vez que sua produção é comercializada na maioria ao atravessador, como demonstra a tabela 6.

Tabela 6: De que forma são comercializados

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
<b>Vendas diretamente na feira</b>	Sim	24	27,9	27,9	27,9
	Não	62	72,1	72,1	100,0
<b>Vendas por atravessador</b>	Sim	58	67,4	67,4	67,4
	Não	28	32,6	32,6	100,0
<b>Vendas por outras formas</b>	Sim	4	4,7	4,7	4,7
	Não	82	95,3	95,3	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Durante as entrevistas, constatou-se que os recursos captados pelos dois grupos, na sua maioria foram oriundos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), do Projeto Cooperar (Estado) em convênio com o Banco Mundial (BIRD), também houve atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através de sua linha de atuação Pronaf infra-estrutura, do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1mc), ligado à Igreja, além dos kits de irrigação, doados pelo Governo Estadual em parceria com a Energisa. Outro programa presente é o Compra Direta da Agricultura Familiar, um programa do Governo Federal em parceria com o Governo Municipal (Tabela 7). Mas a principal fonte de arrecadação das associações vem do pagamento das mensalidades dos associados, que é utilizado para manutenção da documentação (CND, DARF, RAIS, entre outros) e o pagamento do contador que é responsável por manter em dias os mesmos.

Tabela 7. Origens dos recursos adquiridos pelas associações

		Freqüência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
<b>Esfera Municipal</b>	Sim	36	41,9	41,9	41,9
	Não	50	58,1	58,1	100,0
<b>Esfera Estadual</b>	Sim	18	20,9	20,9	20,9
	Não	68	79,1	79,1	100,0
<b>Esfera Federal</b>	Sim	22	25,6	25,6	25,6
	Não	64	74,4	74,4	100,0
<b>Outras fontes</b>	Sim	0	0	0	0
	Não	10	100,0	100,0	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Os entrevistados deixaram claro que as dificuldades e obstáculos enfrentados diariamente na vida comunitária, são vencidos pelo desejo de transformar suas comunidades em locais onde a participação coletiva, a inclusão social e a valorização do agricultor familiar são realidades vivenciadas no cotidiano de seus associados.

A pesquisa mostrou que, as entidades em estudo, já receberam recursos governamentais mais de três vezes, o que serviu para fortalecer o espírito de coletividade dos associados, promovendo a sustentabilidade dessas entidades, já que os associados declararam em suas respostas que os recursos recebidos colaboraram para melhoria da qualidade de vida de todos (Tabela 8 e 9).

Tabela 8. A associação já recebeu recursos governamentais

	Freqüência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
<b>Mais de três vezes</b>	86	100,0	100,0	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 9. A associação melhorou a qualidade de vida das pessoas?

	Freqüência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
<b>Sim</b>	86	100,0	100,0	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Os demonstrativos contábeis dos recursos adquiridos pelos dois grupos mostram que, as entidades não realizam balanço patrimonial, portanto não realizam os demais demonstrativos contábeis, o resultado da tabela 10 é resultante de um pré-teste aplicado

aos associados, onde os mesmos demonstraram não ter conhecimento de tais demonstrativos, só após explicação que ficou claro e evidente para os associados, que as entidades em estudo realizam apenas prestação de contas de forma simplificada, fazendo uso de planilhas eletrônicas, onde se evidencia os ingressos e as saídas de recursos, bem como em que foram aplicados estes recursos. Estes demonstrativos são apresentados pelos diretores, que os levam a votação em assembléia geral das associações, visando sua aprovação pelos associados.

Os atos de uma contabilidade formal, que seriam destinados a prestação de contas, tanto para os associados e quanto para os órgãos responsáveis pelos repasses dos recursos, ficam restritos apenas aos órgãos, visto que os associados não dispõem de instrução necessária ao entendimento, fato que é considerado e por isso, apresentam-se a eles as contas de maneira simplificada.

Tabela 10. Demonstrativos que são apresentadas pelas associações

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
<b>Balanco patrimonial</b>	Sim	0	0	0	0
	Não	86	100,0	100,0	100,0
<b>DOAR</b>	Sim	10	11,6	11,6	11,6
	Não	76	88,4	88,4	100,0
<b>Demonstração de superávit ou déficit</b>	Sim	10	11,6	11,6	11,6
	Não	76	88,4	88,4	100,0
<b>Outras planilha demonstrativa</b>	Sim	76	88,4	88,4	88,4
	Não	10	11,6	11,6	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados indicaram que ambas as associações, mesmo com características próprias, procuraram desenvolver seu papel social, que é a coletividade de ações e o resgate da cidadania, através de suas atividades e estrutura organizacional, proporcionou o desenvolvimento de ações e superação dos dilemas sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação organizacional das associações comunitárias está centrada nos processos de construção e transformações de suas realidades promovendo e regulando as relações sociais entre os associados que são os autores responsáveis pelo desenvolvimento e consolidação das ações dos novos arranjos sociais. O Estudo evidenciou que as Associações Comunitárias São João I e Agropecuaristas do São João II não utilizam a contabilidade como ferramenta de prestação de contas, mas mostraram que a administração dos recursos adquiridos pelas associações foram geridos com clareza, mesmo que as prestações de contas foram realizadas pelos diretores e aprovadas em assembleias gerais nas associações.

Após a fiscalização das ações realizadas pelo conselho fiscal, que gerencia todos os recursos das entidades, sendo esta prestação de contas apresentadas aos associados e órgãos responsáveis pela doação dos recursos a exemplo do Cooperar, Pronaf, Igreja, etc., uma vez que, as entidades necessitam demonstrar a aplicação, de maneira correta, para se tornar apta a receber novas doações, quando esses recursos são oriundos das esferas estaduais, municipais ou federais, às vezes a entidade recebe a visita do Tribunal de Contas, onde a direção, juntamente com o conselho fiscal, fica responsável pela apresentação da documentação da prestação de conta, como xerox de cheques, extratos, notas fiscais, etc.).

Nessa percepção, o estudo sugere que essas instituições (associações) façam uso de relatórios contábeis e outras ferramentas que venham fortalecer o desempenho de suas gestões financeiras, processos indispensáveis na evidenciação e transparência nos modelos gerenciais destas entidades. Tais atos são fundamentais para buscar a sustentabilidade destas organizações. De acordo com algumas respostas obtida através dos questionários pelos associados, nota-se que houve divergência de informações, uma vez que alguns dos mesmos mostravam em suas respostas não conhecer a origem dos recursos, dos demonstrativos contábeis aplicados nas entidades estudadas, o que dificultou a tabulação dos dados. Tais fatos ocorreram talvez pela não obrigatoriedade da divulgação por parte dessas entidades e de seus demonstrativos contábeis, o que, de certa forma, prejudica e dificulta a aquisição de novos doadores.

A principal fonte de recursos das associações estudadas foram oriundas do Programa Combate a Pobreza Rural (PCPR), que está vinculado ao Projeto Cooperar, órgão Estadual, as demais fontes vieram das esferas Federais e Municipais, bem como dos próprios associados através do pagamento de suas mensalidades.

As associações comunitárias, segundo a pesquisa, se tomaram peças chaves na organização da cadeia produtiva dos agricultores rurais, na superação dos dilemas sociais e nos processos que envolve tomada de decisão coletiva, aspectos presentes e fundamentais na vida social de uma comunidade rural.

As associações comunitárias rurais têm seus processos inseridos em um contexto de participação coletiva na tomada de decisões e na busca de soluções para os problemas comuns, fortalecendo a convivência social, superando os dilemas sociais e fomentando o desenvolvimento local.

Portanto podemos afirmar que, as associações comunitárias rurais consolidam e fortalecem o espírito de cooperação mútua, exercendo influência social e organizativas nas comunidades rurais onde estão inseridas, motivada pelo desejo de transformação de qualidade de vida, através da união de forças, transformam suas realidades, fomentando a inclusão social e o resgate da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BAVA, S. C. **O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI**. Cadernos ABONG. São Paulo, v. 27, maio 2000.

BELTRÃO, B. A.; MORAIS F.; MASCARENHAS J. C.; MIRANDA J. L. F.; JÚNIOR L. C. S.; MENDES V. A. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Estado da Paraíba. Diagnóstico do Município de Pombal**. Ministério de Minas e Energia. Recife, 2005.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/20-02/L10406.htm>>. Acesso em 22 out. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm)>. Acesso em 22 out. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003**. Define as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado, desobrigando-os de alterar seus estatutos no prazo previsto pelo art. 2.031 da Lei .10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 22 out. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei Nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e estende as sociedades de grande porte disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 22 out. 2009.

CAMPOS, Sandra Maria de Carvalho. **CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR**. In: Diálogo Público "O Tribunal de Contas da União na Promoção da Cidadania e do Controle Social no Terceiro Setor". 2006 Disponível em: <[portal2.tcu.gov.br/.../04\\_contabilidade\\_no\\_terceiro\\_setor.ppt](portal2.tcu.gov.br/.../04_contabilidade_no_terceiro_setor.ppt)>. Acesso em: 10 nov. 2009.

CAMELO, A. C. O.; CAMELO, É. P. de S. M.; PAULINO, T. C. de B. A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor. **Enfoque Reflexão Contábil**. Vol. 25, n. 2, maio-agosto, 2006, p. 41-54.

CAMPIGLIA, A. O. **Introdução à hermenêutica das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 1997.

CARDOSO, K. G.; LIMA, M. J. S. de. **Classificação contábil dos convênios no balanço patrimonial das entidades do terceiro setor**. Revista Brasileira de Contabilidade, nº 139. Brasília: CFC, 2003.

COELHO, S. de C. T. **Terceiro Setor: Um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. 2 ed. São Paulo. Senac, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2 ed. Reimpr. Brasília: CFC, 2008.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**. Um estudo da construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo, 1999.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GONÇALVES, L. S. **Orçamento como ferramenta de gestão de recursos financeiros no Terceiro Setor: Um estudo nas OSCIP no semi-árido da Paraíba**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Campina Grande.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico: Pombal – PB**. MPOA/IBGE, Rio de Janeiro, 2001.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998.

MOURA, E. M. **Avaliação da disponibilidade hídrica e da demanda hídrica do trecho do rio Piranhas-Açú entre os açudes Coremas-Mãe D'água e Armando Ribeiro Gonçalves**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

NASCIMENTO, F. R. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NAVES, R. **Novas possibilidades para o exercício da cidadania**. Disponível em: <[www.terceirosetor.org.br/biblioteca](http://www.terceirosetor.org.br/biblioteca)>. Acesso em: 22 out. 2009.

NBCT. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 10.19. **Boletim IOB nº 33**. 2001.

NUNES, P. **Dicionário de tecnologia jurídica**. 12 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.

OLAK, P. A. Bases para a eficácia na aplicação do contrato de gestão nas organizações sociais brasileiras. 2000. Tese (Doutorado) – FEA/USP, São Paulo.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. Contabilidade por fundos aplicada às entidades sem fins lucrativos. In: **VII Congresso Brasileiro de Custos**. Recife: ABC, 2000.

PEREIRA, H. K. dos S.; LEITE, F. T. A gestão participativa nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso. Ver. **Cent. Ciênc. Admin.** Fortaleza, v. 11, n. especial, p. 31-40. 2005. Disponível em: <<http://www.unifor.br/noticia/file/1475.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2008.

PEYON, L. F. **Gestão Contábil para o Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

ROCHA, G. K. de S. **Contabilidade como instrumento de gestão para entidades do terceiro setor: um estudo de caso do CEMAR na cidade de Pombal/PB**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Campina Grande.

SALOMON, L. M. **American nonprofit sector: a primer**. 2º ed. New York: The Foundation Center, 1997.

SANVICENTE, A. Z.; SANTOS, C. da C. **Orçamento da administração de empresas: Planejamento e controle**. São Paulo: Atlas, 1995.

SENAC [on-line]. Disponível em: <[www.pr.senac.br](http://www.pr.senac.br)>. 2006. Acesso em: 25 out. 2009.

SHARF, R.; MALTA, C. B. **ONGs passam a adotar gestão empresarial**. Gazeta Mercantil, 15 mar. 2001.

SILVA, M. da P. N. dos S. e. **Assistência técnica e associativismo em assentamentos rurais do INCRA e do Crédito Fundiário**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Campina Grande.

SZAZI, E. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

# **ANEXOS**

## ANEXO I – QUESTIONÁRIO

1 – Informações pessoais do associado:

Faixa Etária	Sexo	Formação Acadêmica
Até 30 anos	Masculino	Ensino fundamental incompleto
De 31 a 35 anos	Feminino	Ensino fundamental completo
De 36 a 40 anos		Ensino médio incompleto
De 41 a 50 anos		Ensino médio completo
Acima de 50 anos		Ensino superior incompleto
		Ensino superior completo
		Analfabeto funcional
	Analfabeto	

2 – Informações gerais da associação, associativismo e cooperação:

( ) São João I

( ) São João II

3. Participa de outra forma de organização coletiva: ( ) Sim ( ) Não, Qual?

( ) Sindicato ( ) Cooperativa ( ) Fundação/OCIP ( ) Grupo religioso ( )  
Outros

4. Qual a frequência que vai as reuniões da Associação?

( ) As vezes ( ) Sempre ( ) Nunca

5. Participa das atividades coletivas da associação?

( ) As vezes ( ) Sempre ( ) Nunca

6. Você acha importante a Associação como forma de organização rural?

( ) Sim ( ) Não. Porque?

---

7. Existe comercialização de produtos agrícolas / beneficiados de maneira coletiva?

( ) Sim ( ) Não. Quais?

---

8. De que forma comercializa?

( ) Na feira ( ) Ao atravessador ( ) Outros

9. A associação já recebeu recursos de órgãos governamentais:

( ) Sim ( ) Não. Quais recursos?

---

10. Quantas vezes? ( ) 1 vez ( ) 2 vezes ( ) 3 vezes

11. Os recursos foram doados por quem?

---

12. A ONG ou entidade que doou os recursos é?

Municipal       Estadual       Federal       Outros

13. A associação possui contador?

Sim       Não.

14. A associação faz algum tipo de demonstrativo contábil ou outro demonstrativo dos recursos adquiridos ou de emissão de declarações?

Sim       Não. Qual?

Balanço patrimonial       Demonstrativo das origens e aplicações dos recursos

Demonstração do superávit e déficit       Outra Planilha demonstrativa

15. Os recursos adquiridos contribuíram para dar qualidade de vida aos associados?

Sim       Não. De que forma?

---

